

## **VERBAS PARA O ENSINO SUPERIOR**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 15.06.1982

O problema fundamental da educação universitária brasileira está no baixo nível de grande massa de escolas superiores privadas criadas nos últimos vinte anos. O grande desafio que o Ministério da Educação enfrenta neste campo é o de propiciar a elevação do nível dessas escolas.

É comum ouvirmos críticas ao Governo Federal pela grande redução da participação das despesas com educação no orçamento público. O último Ministro de Educação caiu porque não se conformava com esse estado de coisas. O atual tem realizado um extraordinário esforço para conseguir mais verbas, mas com pouco êxito. A resposta imediata dos ministros da área econômica é a de que não há verbas disponíveis, que o déficit global da União (orçamento monetário e fiscal) é enorme.

É certo que esse déficit é grande. Mas não é essa a principal razão pela qual o Ministério da Educação não consegue mais verbas. A verba desse ministério é tão pequena que pouco aumentaria o déficit público se no próximo ano sua dotação dobrasse em termos reais.

A educação recebe tão poucas verbas do Governo Federal porque a maioria dos seus membros entende que a estratégia adotada nos anos sessenta em relação ao ensino superior (área que tem ficado afeta ao governo federal, enquanto os estados e municípios se encarregam da educação de primeiro e segundo grau) foi bem sucedida. Essa estratégia consistiu em privatizar o ensino.

Em termos numéricos não há dúvida que a estratégia teve êxito. O número de estudantes universitários mais que decuplicou nestes últimos vinte anos. Mas a nível do ensino

revelou-se muito insatisfatório. E em matéria de pesquisas e publicações essas escolas pouco ou nada contribuem.

É claro que teria sido melhor que essas escolas fossem criadas pelo Estado. Mas isso não foi possível, porque o ensino público é caro, porque é gratuito, e porque as prioridades dos governantes eram outras, provavelmente diversas das prioridades da sociedade brasileira.

Que fazer agora com esse monstro que é o ensino privado brasileiro? Estatizá-lo? É financeira e politicamente inviável a médio prazo. Fechá-lo? É um contra-senso. Deixá-lo como está? É criminoso.

Só resta, portanto, uma alternativa para o Ministério da Educação: procurar elevar o nível dos cursos e universitários que não forem meras empresas privadas, mas verdadeiras instituições de ensino. Promover a titulação de seus professores, financiar suas pesquisas, a qualidade de suas bibliotecas e de seus equipamentos de pesquisa.

Esse é o caso da maioria das PUCs. É também o caso de um número razoável de instituições de ensino privadas espalhadas por todo o Brasil.

Essas escolas precisam de muito mais apoio financeiro. E é claro que esse apoio financeiro do Ministério da Educação dever ser acompanhado de um controle muito maior, inclusive a exigência de um sistema padronizado de contabilidade, que permita uma verificação de como estão sendo usados os recursos recebidos.

Na verdade, o que estamos propondo é um grande programa de apoio e controle as instituições privadas de ensino. Um programa que, sem prejuízo das instituições oficiais, justificasse um forte aumento da dotação orçamentária do Ministério da Educação. Só as boas escolas, detectadas através de um sistema objetivo de avaliação, deveriam merecer esse apoio. Em consequência disto e do natural aumento de vagas nas universidades federais e estaduais, as más escolas privadas tenderiam ao desaparecimento ou pelo menos a perder expressão.(15/06/82)